

# GEORGE VIDOR



*Publicista e escritor Economista Brasil*

## Dois por um

• O Governo federal recolhe anualmente menos de R\$ 3 bilhões de contribuições previdenciárias de seus servidores. Para que o sistema se equilibre, dentro de critérios semelhantes ao adotado no INSS, essas contribuições teriam mais do que dobrar, chegando a R\$ 7,5 bilhões. Por esse critério, o empregado contribui com um real para cada R\$ 2 desembolsados pelo empregador.

Para cobrir o déficit da previdência dos servidores federais, o Governo atualmente contribui com R\$ 7 para cada um real descontado dos funcionários. Como não há a menor condição de que essa relação passe a ser de dois para um apenas com a contribuição dos servidores civis que estão na ativa — porque isso implicaria um desconto de mais de 20% nos vencimentos de todos os funcionários, inclusive os que ganham pouco — o Governo vai ter de insistir com a cobrança sobre as aposentadorias e pensões, nos moldes do projeto de lei que foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional.

Na prática, isso significará mesmo uma redução no valor das aposentadorias e pensões com valor acima de R\$ 600 mensais. O STF interpreta essa iniciativa como um confisco, que somente seria permitido se estiver expressamente previsto na Constituição. O Governo justifica sua atitude com a necessidade de equiparar os vencimentos dos aposentados aos dos que estão na ativa. Sem essa equiparação, os aposentados passam a ganhar mais do que se estivessem trabalhando, o que fere a filosofia do sistema previdenciário. Qualquer que seja a fórmula encontrada, causará transtorno à vida pessoal dos servidores pois haverá perda de renda (ainda que a causa seja justa, pois o que está em risco é a sobrevivência do sistema previdenciário dentro de um ambiente econômico de inflação baixa). Para compensar esse transtorno, ao menos para os que estão ainda na ativa, o Governo teria de acelerar o projeto de previdência complementar, pelo qual os servidores passarão a fazer uma poupança individual. Ou seja, quem se dispusesse a contribuir um pouco mais teria esses recursos canalizados para um fundo de poupança de longo prazo, em que os benefícios seriam calculados caso a caso, e não mais dentro de um mesmo bolo.

■ ■ ■ ■ ■

No acordo com o Fundo Monetário Internacional, o Brasil cometeu o erro de se comprometer com um aumento progressivo das reservas cambiais do país durante o segundo semestre. Assim, sem contar com o dinheiro emprestado pelo FMI, as reservas teriam de chegar ao fim do ano na faixa de US\$ 24,7 bilhões (e elas andam atualmente na casa de US\$ 23 bilhões, o que, por enquanto, está acima do que foi acerto com o Fundo para outubro).

Para aumentar as reservas, o Governo precisa buscar novos empréstimos no exterior ou comprar moeda no mercado de câmbio aqui mesmo, trocando reais por dólares. Se contrata financiamentos, a dívida externa

aumenta e pode ficar acima do valor que também foi negociado com o FMI. Então, para pagar os compromissos lá fora, a saída tem sido comprar dólares que entram no país. Ao fazer isso, o Tesouro e o Banco Central acabam contribuindo para desvalorizar mais o real. A cotação do dólar dificilmente teria passado de R\$ 1,90 se nos meses de agosto e setembro o Tesouro não fosse um grande comprador de divisas.

Nesse momento em que a economia começa a se recuperar internamente, coincidindo com uma alta de preços de produtos agropecuários exportáveis (açúcar, carne, arroz, etc), a pressão sobre o câmbio sem dúvida tende a se refletir na inflação brasileira.

Uma forte expansão das exportações nesses últimos meses do ano poderia resolver a questão. Mas isso é improvável porque ainda não estamos na época das safras, que é o melhor período das exportações brasileiras. O mais razoável seria o Governo negociar com o Fundo uma revisão para a meta das reservas cambiais. Basta adiar a meta de dezembro por alguns meses, até que os resultados nas exportações comecem a aparecer.

■ ■ ■ ■ ■

Anos atrás, por conta de um comentário sobre a estagnação econômica no Norte fluminense, o escritor Sebastião Siqueira Fernandes me enviou seu livro de contos, "Cuité", pelo qual ganhara o Prêmio Machado de Assis em 1935. Fiquei impressionado não só com qualidade dos contos, mas também pela descrição que Fernandes faz da região canavieira de São Fidélis e Campos na sua infância, por volta de 1910. Em oito décadas, nada havia mudado. A monocultura da cana-de-açúcar, mesmo decadente, impede que outras atividades econômicas se desenvolvam. Nem mesmo culturas de subsistência costumam progredir em torno dela. Não é por acaso que, diferentemente de outras culturas agrícolas, não existem canções de trabalho nem uma grande festa da colheita da cana-de-açúcar. As fazendas de cana são tristes. Só têm cana; quase nunca têm pomares e hortas.

No entanto, no Noroeste fluminense as prefeituras estão agora sabendo explorar o programa de financiamento à agricultura familiar (Pronaf), e, não fosse a seca deste ano, os pequenos proprietários estariam em melhores condições. Já os municípios do Norte poderão se livrar da estagnação da economia canavieira por meio da fruticultura. Fernandes faleceu no início do mês (soube pelo obituário do jornal) aos 97 anos. Não teve a oportunidade de ver essa transformação.

E-Mail: [vidor@oglobo.com.br](mailto:vidor@oglobo.com.br)